

AS MULHERES NA HISTÓRIA DA ENFERMAGEM EM PORTUGAL

WOMEN IN THE HISTORY OF NURSING IN PORTUGAL

LAS MUJERES EN LA HISTORIA DE LA ENFERMERÍA EN PORTUGAL

Paulo Joaquim Pina Queirós¹
Gilberto Tadeu Reis da Silva²

Como citar este artigo: Queirós PJP, Silva GTR. As mulheres na história da enfermagem em Portugal. Rev baiana enferm. 2024;38:e59854.

Objetivos: identificar temporalmente a presença de enfermeiras; estudar o equilíbrio da distribuição, por sexo, entre enfermeiras e enfermeiros; realizar leitura crítica da feminização da enfermagem portuguesa; identificar personalidades que, no final do processo de profissionalização da enfermagem em Portugal, encontram-se biografadas. Método: análise histórica de fontes documentais em arquivos, fontes publicadas e revisão de estudos. Resultados: verificou-se a atuação de enfermeiros e enfermeiras desde o século XIII, com aumento da taxa de feminização em Portugal apenas no século XX e crescimento até o término deste. Conclusão: a feminização em enfermagem é um processo do século XX, com expansão significativa na década de 40 e seguintes, por questões ideológicas ligadas à imagem da mulher no Estado Novo, que, nesse momento, sente a tardia influência de Nightingale.

Descritores: História da Enfermagem. Mulher. Feminização. Enfermeiras e Enfermeiros. Enfermagem.

Objectives: to temporally identify the presence of female nurses; to study the balance of distribution, by sex, between nurses and nurses; to perform critical reading of the feminization of Portuguese nursing; to identify people that at the end of the process of nursing professionalization in Portugal are biographed. Method: historical analysis of documentary sources in archives, published sources and review of studies. Results: there was the performance of nurses since the thirteenth century, with increased rate of feminization in Portugal only in the twentieth century and growth until its end. Conclusion: feminization in nursing is a process of the twentieth century, with significant expansion in the 1940s and following, due to ideological issues linked to the image of women in the Estado Novo, which at this time feels the late influence of Nightingale.

Descriptors: History of Nursing. Women. Feminization. Nurses. Nursing.

Objetivos: identificar temporalmente la presencia de enfermeras; estudiar el equilibrio de la distribución, por sexo, entre enfermeras y enfermeros; realizar lectura crítica de la feminización de la enfermería portuguesa; identificar personalidades que, al final del proceso de profesionalización de la enfermería en Portugal, se encuentran biografías. Método: análisis histórico de fuentes documentales en archivos, fuentes publicadas y revisión de estudios. Resultados: se verificó la actuación de enfermeros y enfermeras desde el siglo XIII, con aumento de la tasa de feminización en Portugal solo en el siglo XX y crecimiento hasta el término de éste. Conclusión: la feminización en enfermería es un

Autor Correspondente: Paulo Joaquim Pina Queirós, pauloqueiros@esenfc.pt

¹ Unidade de Investigação em Ciências da Saúde. Escola Superior de Enfermagem de Coimbra. Coimbra, Portugal. <https://orcid.org/0000-0003-1817-612X>.

² Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-0595-0780>.

proceso del siglo XX, con expansión significativa en la década de 40 y siguientes, por cuestiones ideológicas ligadas a la imagen de la mujer en el Estado Nuevo, que, en ese momento, siente la tardía influencia de Nightingale.

Descriptor: Historia de la Enfermería. Mujeres. Feminización. Enfermeras y Enfermeros. Enfermería.

Introdução

A história da enfermagem, e especificamente da enfermagem portuguesa, confunde-se com a trajetória das mulheres enfermeiras, uma vez que esta profissão sempre foi tida como feminina ou, de forma muito significativa, maioritariamente feminina. Tal afirmação, no entanto, carece de verificação científica, motivo pelo qual se justifica a presente síntese investigativa.

Nesse contexto, três questões merecem ser pontuadas: a enfermagem e o seu movimento de profissionalização são iguais em todos os espaços, regiões, países, de modo a permitir uma generalização a todos os contextos? O que se verifica hoje ou nas décadas mais recentes é o que sempre se observou? As narrativas históricas disponíveis, ao descrever e interpretar a história da enfermagem são inócuas, isto é, isentas da influência de ideologias do momento e de propósitos laudatórios e corporativos? São perguntas importantes, mas não somente essas estão na motivação inicial para esta síntese, pois também importa interrogar se a atividade de cuidar, atribuída à enfermeira, sempre existiu? Se cuidar e cuidados de enfermagem são o mesmo, ou algo diferenciado? Ligadas a essas questões, emergem ainda duas outras: Sempre existiu enfermagem? Sempre existiram enfermeiras?

Parece que investigar a presença e o papel das mulheres na enfermagem, em Portugal, ajuda a esclarecer as questões colocadas. Nesse sentido, estabeleceu-se como objetivos: identificar temporalmente a presença de enfermeiras; estudar o equilíbrio da distribuição, por sexo, entre enfermeiras e enfermeiros; realizar uma leitura crítica da feminização da enfermagem portuguesa; identificar personalidades que, no final do processo de profissionalização da enfermagem em Portugal, encontram-se biografadas. Diante do exposto, esta síntese de investigação justifica-se e se torna relevante, pelo contributo para uma leitura mais objetiva do desenvolvimento da enfermagem em Portugal.

Método

Estudo histórico, de problematização histórica, no âmbito da história da enfermagem, que assume como ponto de partida as questões expressas na introdução e, como finalidade, o que consta nos objetivos formulados. O presente estudo baseia-se na análise de fontes, originais e publicadas, constantes em arquivos, documentos de proveniências diversas, livros, artigos e dissertações acadêmicas, sabendo que “[...] os documentos, além de «não falarem por si?», nem sequer deverão constituir ponto de partida”^(1:185, grifo nosso). Segundo Ricoeur “[...] os factos [...] não são dados nos documentos, mas os documentos são selecionados em função de uma problemática”^(2:154).

A problemática é a das mulheres enfermeiras, no movimento de profissionalização da enfermagem portuguesa. Tal processo, ocorre ao longo de vários séculos, motivo pelo qual delimitou-se para este estudo um recorte temporal, entre o século XIII e término do século XX. Nesse sentido, procurou-se uma aproximação ao conhecimento do passado, de forma mais objetiva possível.

Orientou-se pela ideia de que a história “[...] é uma representação, ou seja, uma réplica do que aconteceu”^(3:19), e que o trabalho do historiador “[...] é um olhar atento sobre o que fluiu e o que flui, sobre o que na mudança permanece”^(4:15). Tal olhar deve traduzir-se na elaboração de um discurso histórico, que, para além da possível objetividade científica proporcionada pelo trabalho sobre fonte, “[...] tem de se inspirar também, nos processos da imaginação e da perspicácia”^(5:25). Dessa forma, considera-se os contextos e as linhas evolutivas cronológicas, com continuidades e rupturas, a fim de construir uma síntese crítica interpretativa na procura de sentidos reais sem anacronismos.

Importa referir que este estudo não envolveu questões éticas para além das inerentes à garantia do rigor e à originalidade científica.

Resultados e Discussão

Longa presença de enfermeiros e enfermeiras

Em plena Idade Média, com a Reforma Gregoriana da igreja, difundiu-se, gradativamente, por toda a Europa, a Regra de S. Bento. Em Portugal, Dona Mumadona Dias, em Guimarães, no ano de 959, já a conhecia⁽⁶⁾. No entanto, apenas nos séculos seguintes, tal Regra se expandiu para os mais diversos mosteiros do Norte e Centro de Portugal. Segundo esse autor, “[...] os primeiros documentos conhecidos sobre a observância da Regra de S. Bento em território português são no mosteiro de Vilela, em 1086, e no mosteiro de S. Romão de Neiva no ano de 1087”^(6:62).

À medida que a Regra foi sendo adotada pelos antigos cenóbios, houve uma paulatina especialização das funções dos monges, o que está patente nos sucessivos textos desse documento. Num primeiro momento, surgiu a função de celeireiro (*cellerarius*), com vastas funções, entre elas a de cuidar dos enfermos. Em seguida, diferenciou-se e autonomizou-se a função de enfermeiro (*infirmarius*) e, posteriormente, sucederam-se outras especializações. O enfermeiro, nos cenóbios beneditinos, seria o monge escolhido pelo abade para tratar dos frades e irmãos enfermos, responsabilizar-se e organizar a assistência num espaço dedicado a essa função, espaço retirado das zonas centrais do mosteiro e identificado como enfermaria.

Ao ler documentos do século XIII, publicados por Souto Cabo, encontrou-se registo, com a identificação precisa de alguns enfermeiros e enfermeiras, como sejam: em 1257, *Plas G. ramiris infirmarios frati rudericus*; em 1260, *Garsia. Móogo enfermeyro*; em 1268, *Jobã perez enfermeiro*; em 1269, *Mariafonso enfermeyra*⁽⁷⁾. Não se sabe se estes dois últimos encontram-se em contexto monástico ou na sociedade não monástica, mas são homens e mulheres com nomes concretos.

Posteriormente, em Jorge da Mina, no atual Gana, no golfo da Guiné, entreposto militar,

comercial, de logística e de assistência à rota das caravelas portuguesas que rumavam para a Índia, encontrou-se, no regimento de 1514, o enfermeiro Afonso Freyre (eventualmente *freyre* de religioso), e no regimento de 1524, como auxiliares para o trabalho da enfermaria, a Inês, a Fernanda, a Beatriz e a Catarina. Na enfermaria de S. Jorge da Mina, estava presente um enfermeiro, pelo menos, desde 1510, e, para servirem na enfermaria, mulheres auxiliares, pelo menos desde 1495-99. Estes eram assalariados régios para a execução de tarefas hierarquizadas e diferenciadas. O espaço assistencial – enfermaria – estava equipado, ocupado permanentemente e destinado a esta função específica⁽⁸⁾.

Em Coimbra, encontrou-se referências a enfermeiros, a par de enfermeiras, por exemplo, no Hospital da Convalescença, em 1764. Este Hospital terá como “familiares assistentes”: enfermeiro, enfermeira, comprador, cozinheira, além de um médico que não pode ser da “obrigação do Hospital Real”^(9:541). Uma análise da documentação do Hospital de S. Lázaro, em Coimbra, em 1779, constatou acúmulo de funções do sangrador, um *enfermeiro-sangrador*, e a enfermeira acumula com a função de cozinheira, situação que tornou a encontrar-se em 1790/97⁽⁹⁾.

Nesse seguimento, no Regulamento do Real Hospital da Universidade de Coimbra, em 1779, dispôs-se que haverá no Hospital *Enfermeiros e Enfermeiras*. Identificou-se a seguinte composição: um almoxarife, um escrivão, dois médicos, um cirurgião ordinário se for necessário, dois capelões, um despenseiro, um porteiro, uma porteira, dois cozinheiros, uma roupeira, um contínuo, enfermeiros, enfermeiras e serventes⁽⁹⁾. Todos articulados e em constante interação. O fiel despenseiro estaria à disposição do cirurgião ou do enfermeiro em caso de precisão extraordinária. Os enfermeiros e os serventes deveriam buscar na cozinha os alimentos dos doentes, o que era proibido de ser feito pelas enfermeiras que os recebiam na roda. O porteiro chamava o enfermeiro para encaminhamento dos doentes mediante o “bilhete de aceitação”^(9:549). Já aos serventes, cabia “ajudar os enfermeiros com tudo o que lhes for ordenado”^(9:550), nas horas de descanso; os homens trabalham nas oficinas e, as mulheres, na rouparia. A roupeira “terá o

cuidado de ter sempre prompto fios, ataduras para as Curas de Cirurgia^(9:551), e contaria sempre com roupa de cama disponível em quantidade quatro vezes o número de camas existentes⁽⁹⁾. Nos impedimentos da roupeira, serviria alguma enfermeira⁽⁹⁾. Determinava-se ainda que “Os Enfermeiros se ajudarão reciprocamente, e substituirão nos impedimentos huns dos outros^(9:549). De forma significativa, aparece, em 1791, nos Hospitais da Universidade de Coimbra, um lugar para enfermeira dos partos.

No regulamento de 1803, do Hospital Real da Universidade de Coimbra, é citado um fiscal, que “[...] assistirá à ministracção dos Remedios pondo todas as cautelas para que sejam ministrados a tempo, e para que se não troquem [...]”^(9:559). Menciona-se ainda que “As enfermeiras, e suas serventes, nas horas vagas não poderão mais trabalhar nada para si, e muito menos exigir das Doentes Convalescentes, que lhe trabalhem: humas, e outras se occuparão nesse tempo em fazer fios, e concertar as roupas do hospital [...]”^(9:557).

No Hospital Geral de Santo António, no Porto, entre 1886 e 1899, para um total 219 efetivos, existiam 150 enfermeiros e 69 enfermeiras⁽¹⁰⁾.

Até este ponto, apenas tem-se referido enfermeiros e enfermeiras, e não a enfermagem. Este termo, que designa o coletivo profissional, só surge no final do século XIX⁽¹⁸⁹⁶⁾, em linha

com o momento da profissionalização que se assentava por essa década.

No palco da Primeira Grande Guerra Mundial⁽¹⁹¹⁴⁻¹⁹¹⁸⁾, em 1916, o Corpo Expedicionário Português contou com a participação de uma missão da Cruz Vermelha Portuguesa, constituída por 2 oficiais, 54 damas enfermeiras, 26 praças enfermeiros, num total de 82 pessoas. Na mesma época, em 1917, Elzira Machado, esposa do Presidente da República Portuguesa, Bernardino Machado, organizou a Cruzada das Mulheres Portuguesas, assim iniciando a formação de mulheres em enfermagem com vista à assistência na guerra⁽¹¹⁾.

Em pesquisa efetuada nos Anuários da Universidade de Coimbra, entre os anos de 1896/97 e 1926/27, para 104 nomes de enfermeiros, enfermeiras e parteiras, verifica-se um total de 53 enfermeiros e 51 mulheres enfermeiras e parteiras⁽¹²⁾. Em consulta aos Boletins dos Hospitais da Universidade de Coimbra de 1931, encontrou-se a referência, entre 1919 e 1930, de 336 estudantes matriculados na Escola de Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra, dos quais 216 eram homens e 120 mulheres. Na mesma série temporal e no mesmo documento, constatou-se ainda que 143 terminaram o curso de enfermagem, dos quais 87 homens e 56 mulheres⁽¹³⁾ (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição dos estudantes da Escola de Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra, segundo o sexo. Coimbra, Portugal – 1919-1930. N=336

Situação	Nº de estudantes	Masculinos	Femininos
Matriculados	336	216	120
Concluíram	143	87	56

Fonte: elaboração própria.

Feminização da enfermagem, um processo que se acentua nos anos 40 do século XX

Ainda sobre o levantamento de séries temporais, importa referir o quantitativo de 95 estudantes

homens e 184 estudantes mulheres, de quatro escolas de Enfermagem, no ano de 1942. Havia também 30 professores e 6 professoras, tendência que, ao longo do tempo, se inverteu de forma expressiva⁽¹⁴⁾ (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição de discentes e docentes pelas escolas de enfermagem e sexo. Coimbra, Lisboa, Porto, Portugal – 1942

Escolas/Cidade	Discentes		Docentes	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Dr. Ângelo da Fonseca - Coimbra	32	15	4	-
Artur Ravara - Lisboa	50	107	5	-
Escola Técnica de Enfermeiras - Lisboa	-	28	18	6
Hospital Santo António - Porto	13	34	3	-
Totais	95	184	30	6

Fonte: Morais MCS^(14:278)

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Entre 1945 e 1969, um estudo encontrou, pela primeira vez, registos com a diferenciação pelo sexo dos profissionais de saúde, no qual há maior percentagem de enfermeiros. No entanto, já se excetua os anos de 1958, 1963, 1966, 1968 e 1969 em que há mais enfermeiras do que enfermeiros⁽¹⁵⁾. Esses dados são corroborados por outro estudo, no qual enfermeiras e auxiliares

de enfermagem são maioria nos anos 1963, 1966, 1968 e 1969⁽¹⁴⁾ (Tabela 3). Nota-se, portanto, que os dados para alguns anos mantêm equilíbrio, mas existe uma diferença numérica a ganhar expressão pela presença cada vez mais feminina na profissão, verificando-se uma clara transição para o predomínio feminino, a confirmar a tendência verificada desde a década de 40.

Tabela 3 – Distribuição de enfermeiros e auxiliares de enfermagem nos estabelecimentos de saúde em Portugal, por categoria e sexo. Portugal – 1963-1969

Ano	Enfermeiros/as				Auxiliares de Enfermagem			
	HM	H	M	Taxa feminização	HM	H	M	Taxa feminização
1963	4138	1637	2481	0,599	5225	1192	4033	0,771
1966	4284	1741	2543	0,593	6477	1438	5039	0,777
1968	4315	1976	2739	0,634	7137	1501	5636	0,789
1969	4821	1958	2863	0,593	7485	1696	5789	0,773
Taxa média de feminização				0,604	Taxa média de feminização			0,777
Taxa de feminização conjunta = 0,690								

Fonte: Morais MCS^(14:298)

H: homem; M: mulher.

O conjunto dos números disponíveis e taxa, segundo o sexo, nas sucessivas séries (de 1886 a 1955), constituiu-se em 11 amostras, que, embora com alguma dispersão geográfica, evidência equilíbrio e permite a análise da evolução da representação por sexo entre os profissionais e estudantes do início ao término dos cursos de Enfermagem. Além disso, verificou-se, nas séries finalizadas na década de 40, taxa de feminização, de modo geral, superior à masculinização: estudantes do 1º ano no Hospital de S. Marcos, em

Braga, somavam 59,32%; no Hospital de Santo António, no Porto, havia um total de 53,62%; e nos discentes em quatro escolas subindo para 65,95% no ano de 1942.

Os dados da Tabela 4, dizem respeito a totais em cada série, verificando-se oscilações na sucessão de anos, como sejam: os estudantes do 1º ano no Hospital Santo António no Porto, de 1896 a 1920, com taxa global de feminização de 51,42%, apresenta, no ano 1917-1918, taxa de feminização de 63,27%; no ano 1918-1919, de

66,67%; e no ano de 1919-1920, de 65%. Já os estudantes do 1º ano do Hospital S. Marcos, em Braga (1911 a 1920), taxa de feminização de 60,64%.

Na transição do século XIX para o século XX, no período de 1886-1899, constata-se que, de um predomínio masculino (68,49%), conforme a série atinente ao pessoal de enfermagem do Hospital Santo António, no Porto, passa-se para relativo equilíbrio na série dos anos 1896-1920, (taxas de 48,58% homens e 51,42% mulheres). Nos Hospitais da Universidade, em Coimbra, nos

anos 1896-1927, essas taxas foram também de equilíbrio, com 50,96% homens e 49,04% mulheres.

Outra constatação possível pela análise das taxas das 11 séries, é que a feminização em Coimbra é mais tardia do que no norte de Portugal (Porto e Braga). Em Coimbra, estudantes na Escola, de forma significativa, surgem com predomínio masculino até os anos 30, com taxas de masculinização de 64,28% para os que iniciam e 60,84% para os que concluem (Tabela 4).

Tabela 4 – Distribuição, segundo o sexo, nas séries temporais estudadas. Porto, Braga, Coimbra, Portugal – 1886-1955

Anos	Séries	Homens		Mulheres		Totais	Referência
		n	%	n	%		
1886-1899	Pessoal de enfermagem licenciado no Hospital Santo António, Porto	150	68,49	69	31,51	219	10
1896-1920	Estudantes no 1º. Ano do Curso Geral de Enfermagem do Hospital Santo António, Porto	341	48,58	361	51,42	702	10
1896-1927	Anuários da Universidade de Coimbra – Hospitais da Universidade	53	50,96	51	49,04	104	12
1911-1920	Estudantes no 1º ano do Curso Geral de Enfermagem do Hospital São Marcos, Braga	37	39,36	57	60,64	94	10
1919-1930	Estudantes da Escola de Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra <i>Matriculados</i> <i>Concluíram</i>	216	64,28	120	35,72	336	13
		87	60,84	56	39,16	143	
1920-1940	Estudantes no 1º. Ano do Curso Geral de Enfermagem do Hospital Santo António, Porto	468	46,38	541	53,62	1.009	10
1923-1939	Estudantes no 1º ano do Curso Geral de Enfermagem do Hospital São Marcos, Braga	24	40,68	35	59,32	59	10
1942	Estudantes em Portugal em quatro escolas de enfermagem	95	34,05	184	65,95	279	14
1940-1955	Estudantes no 1º ano do Curso Geral de Enfermagem do Hospital Santo António, Porto	162	31,83	347	68,17	509	10
1940-1955	Estudantes no 1º ano do Curso Geral de Enfermagem do Hospital São Marcos, Braga	24	18,32	107	81,68	131	10

Fonte: elaboração própria.

Após 1942, a feminização mostrou-se plenamente instalada, tal como podemos observar nas séries temporais analisadas. Em 1942, considerando os discentes de quatro escolas de Enfermagem, a taxa de feminização chegou a 65,95%; de

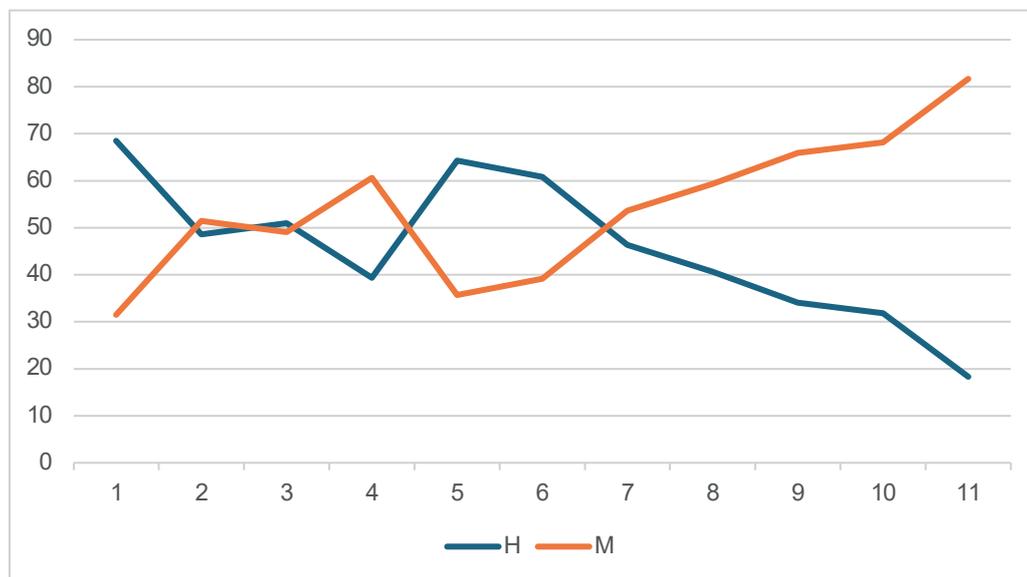
1940-1955, estudantes do 1º ano do curso geral de Enfermagem do Hospital de Santo António, no Porto, a taxa de feminização era de 68,17%; e em S. Marcos, em Braga, de 81,68%.

Nota-se, como marco dessa transição, o ano de 1942, pela ocorrência mais precoce da feminização no Norte do país e, mais tardia, em Coimbra. A curva ascendente de feminização coincide com o início do período de profissionalização – transição do século XIX para XX. O predomínio feminino atinge-se em pleno Estado Novo, quando se faz sentir a presença de Florence Nightingale.

De forma clara, embora os dados não sejam de fluxo contínuo, verifica-se que a tendência ascensional da feminização dos profissionais e estudantes de enfermagem é retomada na série

temporal 1919-1930 (n. 5 da legenda do Gráfico 1), e ganha significado quando ultrapassa a taxa de masculinização, o que se verifica na série temporal 1920-1940 (n. 7 da legenda do Gráfico 1), e mantém-se sempre em crescendo até os dias de hoje. Na série temporal 1911-1920 (n. 4 da legenda do Gráfico 1), verifica-se predomínio feminino, mas deve-se ressaltar que os dados desta série são relativos ao Hospital S. Marcos, em Braga, o que alerta para a possibilidade de diferenças regionais a serem investigadas em estudos posteriores.

Gráfico 1 – Distribuição percentual segundo o sexo nas séries temporais estudadas. Braga, Porto, Portugal – 1886-1955



Fonte: elaboração própria.

Legenda: 1: 1886-1899; 2: 1896-1920; 3: 1896-1927; 4: 1911-1920; 5: 1919-1930 (matriculados); 6: 1919-1930 (concluíram); 7: 1920-1940; 8: 1923-1939; 9: 1942; 10: 1940-1955 (Porto); 11: 1940-1955 (Braga).

Acompanha-se a esclarecedora afirmação de que: “[...] no discurso oitocentista e primonovecentista, determinadas profissões inscrevem-se no prolongamento das «funções naturais da mulher, maternas e domésticas, as quais implicam ajudar, cuidar e consolar os familiares e demais entes queridos [...] É o caso da enfermagem, que se converte em carreira no decurso do estado Novo (1933-1974), acompanhando a profissionalização do setor [...]”^(16:97, grifo nosso).

Introduza-se na análise, de forma oportuna, como o faz um estudo⁽¹⁵⁾, entre outros, as restrições no Estado Novo ao trabalho feminino, o que marcou de forma expressiva o trabalho em enfermagem. Refere-se ao Decreto-Lei n. 31913, de 12 de março de 1942, que reservava a mulheres solteiras ou viúvas sem filhos a prestação de enfermagem hospitalar. Nesse sentido, a pretensão de fechamento com a ideia de *enfermeira esposa e mãe dedicada* e da consequente feminização

da profissão levou à redução de candidatas e à necessária manutenção de homens⁽¹⁵⁾.

Esta situação, anacrónica, foi objeto de contestação e luta de enfermeiros e enfermeiras. Maria Fernanda Resende⁽¹⁹²³⁻¹⁹⁸⁸⁾, em 1956, afirmava: “Parece-nos de absoluta necessidade a alteração do decreto-Lei nº 31913, 4º, do art: 3º, que proíbe o casamento das enfermeiras. Desde que a enfermeira o seja por vocação, e tenha as qualidades requeridas, há em muitos casos, até vantagem no casamento, visto que a enfermeira casada encara alguns problemas de maneira diferente e em certos casos mais vantajosos. Desde que haja horários razoáveis, é perfeitamente possível o trabalho às enfermeiras casadas. De resto, podem com grande vantagem para os Hospitais, organizarem-se quadros especiais para serviços em período de trabalho reduzido^(17:24)”.

Significativa foi a luta pelo direito ao casamento, desencadeada pela enfermeira Isaura Borges Coelho⁽¹⁹²⁶⁻²⁰¹⁹⁾. Segundo o site da Sociedade Portuguesa de História da Enfermagem, esta era referida pelos agentes da PIDE como *a casamenteira*, na época em que trabalhava no Hospital dos Capuchos, onde conseguiu recolher setecentas assinaturas do pessoal, protestando contra a proibição. Mas “Borges Coelho denunciou também as terríveis condições de trabalho que, ao tempo, se viviam nos hospitais: jornadas de 12 ou 24 horas, turnos noturnos (as chamadas “velas”) 30 dias seguidos (chamado *regime das 30 velas*), apenas com uma folga semanal e obrigatórios de 6 em 6 meses, faltas de material como roupa ou material técnico e doentes deitados, em colchões, no chão⁽¹⁸⁾”.

A luta de Isaura Borges Coelho pelo casamento das enfermeiras começou quando 12 enfermeiras do hospital Júlio de Matos foram despedidas por serem casadas. Ela foi presa e condenada pelo Tribunal Plenário de Lisboa, em 1954, a 2 anos de prisão maior, à perda de direitos políticos por 15 anos e a *medidas de segurança* prorrogáveis, o que fez com que a sua prisão se prolongasse por 4 anos, 2 dos quais em isolamento, sendo expulsa da função pública⁽¹⁸⁾.

Após anos de luta e contestação, apenas em 1963, através do Decreto-Lei n. 44923, de 18 de

março, autorizou-se o casamento das enfermeiras dos hospitais civis, no entanto, com alguma tibieza, “[...] a reconhecer-se as vantagens de, sempre que possível, contribuir, através de medidas legislativas, para afastar a mulher casada de preocupações e ambientes estranhos ao seu lar, onde lhe está reservada a mais nobre missão^(19:270)”. Como refere Irene Vaquinhas: “Será, no entanto, o Estado Novo, a partir dos finais dos anos trinta e, sobretudo, já nos anos quarenta, a formalizar, na lei, discriminações de género, tendência que se começará a alterar a partir de 1960 por necessidade de aumentar o corpo de técnicos de saúde, a fim de se poder lançar, a nível nacional, uma rede de hospitais regionais e sub-regionais e campanhas profiláticas e sanitárias^(16:114)”.

Maria Teresa Santos, em prefácio à obra de Marília Viterbo de Freitas, de 2012, refere “[...] atendendo-se aos dados comparativos entre os anos de 1974 e 1995, regista-se um aumento da feminização da profissão na ordem de 63,6% para 81,8%^(20:VII)”.

Em entrevista ao Jornal de Notícias, no ano 2019, o professor Paulo Parente, presidente, à data, da Escola Superior de Enfermagem do Porto, mencionou que 85,1% das candidatas à escola eram mulheres⁽²¹⁾. Com o ingresso no ensino superior da formação em enfermagem, as taxas de feminização ficam em consonância com os índices de feminização de todo o ensino superior português.

Dados para 2023, disponibilizados pela Ordem dos Enfermeiros, no Anuário de Estatística Nacional, revelam a existência de 83.538 enfermeiros, dos quais 69.069 (82,52%) eram do sexo feminino e 14.469 (17,32%) do sexo masculino⁽²²⁾. Ao analisar-se a distribuição por grandes zonas geográficas, verificou-se uma dispersão da taxa de feminização pouco significativa, porém mais elevada na Região Norte do país.

O movimento, não linear, de aumento gradual de feminização na profissão de enfermagem, encontra explicação em razões ideológicas, representou resposta a necessidades sociais emergentes, e maior presença da mulher na sociedade. Apesar dos constrangimentos ideológicos, “[...] o reconhecimento, por parte do Estado, da

necessidade crescente de cuidados foi conduzindo, de uma forma explícita e implícita, particularmente durante o Estado Novo, a uma identidade da enfermagem construída de acordo com o estereótipo feminino e, concomitantemente, à feminização da profissão^(15:50). Contudo, de facto, a feminização da enfermagem, “[...] permitiu às enfermeiras assumirem um lugar de peso no sistema de saúde e constituiu um elemento valorizador do papel das mulheres na sociedade”^(16:114).

Sob uma análise mais entrelaçada dos dados, nota-se, com Nightingale, uma visão feminina dos cuidados, com enfermeiras moralmente irrepreensíveis, fruto de uma educação integral. Em Portugal, verifica-se, após os anos quarenta do século XX, forte feminização da enfermagem. Segundo Escobar: “Os anos quarenta marca uma viragem nas orientações das escolas no que diz respeito à admissão de candidatos segundo o género. A maioria das escolas começa a dar preferência de admissão a mulheres”^(15:53). Florence Nightingale, considerada a fundadora da enfermagem moderna, declarou que a enfermagem era uma profissão apropriada, por excelência, às mulheres, contrariamente à medicina. Será por essa mesma razão que a escola de enfermagem que fundou em Londres, em 1860, foi exclusivamente feminina⁽²³⁾. Contrariamente, em Portugal, no final do século XIX e início do século XX, “[...] não havendo qualquer tradição académica do ensino de enfermagem, os primeiros cursos fundados basearam-se no modelo francês das escolas da *Assistance Publique de Paris* [...]”^(23:153), fora da influência de Nightingale, antes assente no positivismo racionalista.

Em Portugal, “Pouco depois, em 1947, começam a formar-se cada vez mais profissionais de enfermagem mulheres, mas com um curso de grau inferior, o curso de auxiliares de enfermagem”^(15:57). Já no final da década de 40, surgiram os lares das alunas como paradigma para a formação integral das futuras enfermeiras, numa visão, agora sim, muito *Nightingaliana*.

No entanto, já anteriormente, em Portugal, perspectivava-se uma enfermagem só para mulheres, o que está bem patente por ocasião do surgimento da Escola de Enfermagem de S. Vicente

de Paulo, em 1937, em Lisboa. Em seguida, no ano 1940, verifica-se a mesma tendência na Escola Técnica de Enfermeiras, ligada ao Instituto Português de Oncologia (IPO), de Lisboa, apadrinhada pela Fundação Rockefeller⁽²⁰⁾. Em Coimbra, em 1946, surge a Escola de Enfermagem Rainha Santa Isabel, escola feminina, para formação de enfermeiras-modelo.

Escobar, ao proceder à análise da legislação no que se refere aos critérios de admissão, segundo o sexo, identifica três grandes momentos com políticas diferenciadas: no início do aparecimento das escolas, em que não há nos diplomas legais referências explícitas sobre o sexo dos candidatas; entre os anos 40 e meados dos anos 70, quando o Estado Novo explicita sua preferência pela admissão de mulheres e criação de cursos de formação para prestadores de cuidados de enfermagem com categoria socioprofissional mais baixa do que a de enfermeiro (auxiliar de enfermagem); e no período pós-25 de abril, pelo facto de nos diplomas legais deixarem de aparecer as referências explícitas à preferência de candidatas⁽¹⁶⁾.

Nos finais do século XX, início de XXI, tantas mulheres enfermeiras e tantas líderes

Na transição do século XX para o século XXI, encontra-se a enfermagem caracterizada por altas taxas de feminização, o que, numa tendência de crescimento, como viu-se anteriormente, desde os anos 40, acompanha o movimento de elevada feminização do ensino superior em Portugal. Não é de se estranhar que, na sequência, tenham surgido, no início do século XXI, duas obras com biografias no âmbito da enfermagem portuguesa: a primeira intitulada *Vidas de Enfermeiras*⁽²⁴⁾, com a biografia de 25 mulheres nascidas entre 1860-1949 (Quadro 1); e a segunda, *25 Anos de Regulação na Enfermagem, 96 Perfis e Trajetórias Assinaláveis*⁽²⁵⁾, que constatou que dos 96 perfis, 62 (64,58%) eram de mulheres enfermeiras (Quadro 2).

Nesse contexto, se cada uma das enfermeiras vale por si própria, pela sua história de vida, pelos contributos para o coletivo profissional, para a sociedade onde se insere e para a qual

dedica o seu trabalho, não deixa, portanto, de ser de grande interesse conhecer aquelas que foram eleitas como representativas e os critérios para a sua escolha.

Teresa Santos, em Prefácio, no livro *Vidas de Enfermeiras*, de autoria de Viterbo de Freitas⁽¹⁹³³⁻²⁰¹⁵⁾, afirma: “De entre os critérios de seleção estabelecidos há um que teve prioridade e serviu de ponto de partida da investigação: o reconhecimento

público e interpares das biografadas”^(20:30), isto é, as reconhecidas e que permaneceram na memória das colegas como referência profissional. Acrescenta como critérios: “[...] o pioneirismo: na internacionalização da formação e da intervenção, na direção de escolas, cursos, revistas, na prossecução académica, na participação em movimentos associativos e no exercício de cargos políticos, a nível camarário ou governamental”^(20:30).

Quadro 1 – Lista biográfica do livro *Vidas de Enfermeiras*, 25 mulheres nascidas entre 1860-1949. Portugal.

Ana Guedes da Costa (1860-1947)	Beatriz Plácido de Mello Corrêa (1923)
Maria Angélica Lima Basto Hansen (1906-1944)	Maria de Nazareth Palheiro (1927-2000)
Maria Palmira Tito de Moraes (1912-2003)	Mariana Dulce Diniz de Sousa (1929-2013)
Fernanda Alves Diniz (1913-2001)	Maria Teresa Pequeto Afonso Vilela (1930- 2011)
Maria Medina Monjardino Brito do Rio (1914-1998)	Maria de Lourdes Carvalho de Sales Luís (1931)
Rosélia Ribeiro Ramos (1916-2003)	Delmina dos Anjos Moreira (1932-2018)
Maria Luiza Moniz Pereira (1918-1963)	Maria de Lurdes M. Salgueiro Gibril (1933-1992)
Emília Maria da Costa Macedo (1918-2007)	Nídia Rodrigues Mendes Salgueiro (1934)
Maria Madalena Taveira (1919-2005)	Maria Eduarda S. C. Lalanda Gonçalves (1934)
Dília Almeida Ribeiro (1920-2009)	Maria Aurora Sousa Bessa (1936)
Crisanta Monteiro Regala (1920-2008)	Marta Hansen Lima B. Correia Frade (1940)
Maria Fernanda Rezende (1923-1988)	Maria Arminda S. M. Carneiro da Costa (1949)
Hermínia Correia Ribeiro (1923-2007)	

Fonte: elaboração própria.

O outro livro, *25 Anos de Regulação na Enfermagem, 96 Perfis e Trajetórias Assinaláveis*, editado pela Sociedade Portuguesa de História da Enfermagem, define, para a junção de 96 perfis assinaláveis, “[...] personalidades que reúnam algum consenso em torno dos seguintes critérios: i) ação preponderante no último quartel do século XX, extensível à primeira década do século XXI; ii) envolvimento na regulação profissional, especialmente antes e no momento da fundação da Ordem dos Enfermeiros (criação do REPE, Comissão Instaladora da OE e primeiro mandato); iii) participação e liderança em organizações profissionais (associações e sindicatos); e iv)

envolvimento no desenvolvimento da profissão e da disciplina, na sua área e atuação e de influência”^(25:22).

Por certo, outras figuras femininas terão se destacado. Desde logo, importa referir, as autoras, as prefaciadoras e as organizadoras destas duas obras, da primeira: Marília Viterbo de Freitas e Maria Teresa Silva Santos (prefaciadora); e da Comissão Organizadora do livro *25 Anos de Regulação na Enfermagem, 96 Perfis e Trajetórias Assinaláveis*, Amélia Maria da Fonseca Simões Figueiredo, Ana Maria Barros Pires, Elisa Maria Bernardo Garcia, Lucília Rosa Mateus Nunes e Maria Amélia Dias Ferreira.

Quadro 2 – Lista das 62 enfermeiras que constam no livro *25 Anos de Regulação na Enfermagem, 96 Perfis e Trajetórias Assinaláveis*

Aida Maria de Oliveira Cruz Mendes	Maria de Oliveira Nave Pires Medeiros
Ana Campos Reis	Maria do Céu Aguiar Barbieri de Figueiredo
Ana Maria Baptista Oliveira Dias Malva Vaz	Maria do Rosário Silvestre Machado
Ana Maria Correia Albuquerque Queiroz	Maria Ernestina Cruz Neto
Ana Maria Germano	Maria Gabriela do N. Martins Cavaco Calado
Ana Maria Loff de Almeida	Maria Gorete Mendonça dos Reis
Ana Maria Pacheco	Maria Helena Cadete Bernardo
Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues	Maria Henriqueta de Jesus Silva Figueiredo
Ana Paula Gonçalves Antunes Sapeta	Maria Irene Alves Santos
Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito	Maria Isabel Gomes de Sousa Lage
Ângela Maria Meireles Moás Prior	Maria José Ferreira Lopes Teixeira Pestana
Armandina do Carmo Antunes	Maria José Tavares de Pina Borges Ferreira
Beatriz Rodrigues Araújo	Maria Júlia Matos Anastácio
Elisa da Conceição de Oliveira Teles Dias de Melo	Maria Manuela Almendra Magalhães
Isabel Maria L.de Azevedo Costa Pavão Nunes	Maria Manuela Amaral de Sousa
Lídia Gomes Valinho	Maria Manuela Ferreira Pereira da Silva Martins
Lília Rosa Alexandre Vara	Maria Manuela Geraldês Gândara Janeiro Salvado
Lisete de Sousa Lourenço Fradique Ribeiro	Maria Margarida da Costa da Cunha Rosa
Maria Adelina Bandeira Correia	Maria Margarida Leitão Filipe
Maria Amélia José Monteiro	Maria Margarida Rego Pereira
Maria Arminda da Silva Mendes Carneiro da Costa	Maria Merícia Gouveia R. Bettencourt Jesus
Maria Augusta Purificação Rodrigues de Sousa	Maria Natália Gomes Filipe
Maria Celeste Ornelas de Carvalho	Maria Rosa Norberto Nogueira
Maria Clarisse Carvalho Martins Louro	Maria Teresa de Oliveira Marçal Gonçalves Novo
Maria da Conceição Jorge Martins	Maria Teresa dos Santos Rebelo
Maria da Graça Carvalho da Silva Machado	Maria Teresa A. Quintão Pereira Barreira Antunes
Maria da Graça Godinho Simões Eliseu	Mercedes Gallego Bilbao de Carvalho
Maria da Graça Santos Neves Carneiro	Mercedes Olazabal
Maria de Fátima Ascenso Coelho Figueira	Nídia Rodrigues Mendes Salgueiro
Maria Guadalupe Miranda Simões	Otília Maria Teixeira Fernandes
Maria de Lurdes Esteves Asseiro da Luz	Regina Teixeira de Sousa

Fonte: elaboração própria.

Importa mencionar que os homens não desapareceram da enfermagem portuguesa, e também há líderes e exemplos entre eles. Contudo, o destaque e o tema neste estudo são as mulheres na história da enfermagem, as quais predominam atualmente na enfermagem portuguesa, com o justo destaque, e em número de efetivos superior a 80%.

Este estudo tem como principal limitação o esforço acrescido de síntese narrativa de um horizonte temporal longo, com eventual perda de informação, sobretudo nos pormenores.

A principal contribuição do estudo reside na desmontagem do mito profissional da sempre predominância feminina na enfermagem. Fica demonstrado que, para a enfermagem portuguesa, a feminização é um fenómeno do século XX.

Conclusão

Em relação aos quatro objetivos traçados, conclui-se que, desde sempre, em Portugal, estiveram presentes mulheres identificadas como enfermeiras, a par de homens identificados como enfermeiros, uns e outros, monásticos ou não. Os dados até o final do século XIX não permitem aferir com rigor as taxas de feminização e masculinização, mas sabe-se que indivíduos de ambos os sexos conviveram e chegaram ao final do século XIX com taxas superiores de masculinização. Contudo, a feminização acentuou-se na transição do século XIX para XX, coincidindo com o acelerar da profissionalização e tornou-se marcante e em constante expansão a partir da década de 40.

Ademais, verificou-se que a feminização da enfermagem portuguesa temporalmente ligada ao Estado Novo, e paradoxalmente sob a sua influência, coincide com a visibilidade de Nightingale. Outra conclusão importante é que, em pleno século XXI, a taxa de feminização é superior a 80% e as mulheres enfermeiras, ao longo da trajetória da sua afirmação e da afirmação da enfermagem, assumiram-se como líderes, inclusive com significativo número de registos biográficos.

Colaborações:

1 – concepção e planeamento do projeto: Paulo Joaquim Pina Queirós;

2 – análise e interpretação dos dados: Paulo Joaquim Pina Queirós e Gilberto Tadeu Reis da Silva;

3 – redação e/ou revisão crítica: Paulo Joaquim Pina Queirós e Gilberto Tadeu Reis da Silva;

4 – aprovação da versão final: Paulo Joaquim Pina Queirós e Gilberto Tadeu Reis da Silva.

Conflitos de interesse

Não há conflitos de interesse.

Financiamento

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto Ref^a. UIDB//00742/2020.

Referências

- Mendes JMA. A História como ciência: fontes, metodologia e teorização. 2a ed. Coimbra: Coimbra Editora; 1989.
- Ricoeur P. Temps et récit. Tome I. Paris: Éditions du Seuil; 1983.
- Mattoso J. A História Contemplativa: Ensaio. Lisboa: Temas e Debates; 2020.
- Coelho AB. História e Oficiais da História. Alfragide: Editorial Caminho; 2021.
- Mattoso J. A Escrita da história: Teoria e Métodos. Lisboa: Editorial Estampa; 1988.
- Dias GJC. Quando os Monges Eram uma Civilização... Beneditinos: espírito, alma e corpo. Porto: Edições Afrontamento; 2011.
- Souto-Cabo JA. Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII (1139-1270). Rev galega filol. Monografia 5 [Internet]. 2008 [cited 2022 Nov 12]. Available from: https://www.academia.edu/2627155/Documentos_galego_portugueses_dos_s%C3%A9culos_XII_e_XIII_1139_1270_
- Queirós PJP. Enfermeiros e Auxiliares Portugueses Assalariados em S. Jorge da Mina: Afonso Freyre, Enfermeiro; Inês, Fernanda, Beatriz e Catarina, pera servirem na enfermaria. Pensar Enfermagem. 2014;18(1):49-65. DOI: <https://doi.org/10.56732/pensarenf.v18i1.89>.
- Lopes MA. Pobreza, assistência e controlo social, Coimbra (1750-1850). Tomo II. Viseu: Palimage: 2000.
- Silva HSRF. Do curandeiro ao diplomado: história da profissão de enfermagem em Portugal (1886-1955) [tese]. Braga (PT): Universidade do Minho; 2010 [cited 2023 Dec 06]. Available from: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11627>
- Silva H. As enfermeiras de guerra da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916-1917). CEPIHS [Internet]. 2017;7:341-64 [cited 2024 Jan 08]. Available from: https://run.unl.pt/bitstream/10362/32027/1/Helena_Silva_CEPIHS_7.pdf
- Universidade de Coimbra. Anuários da Universidade de Coimbra de 1866 a 1956. Coimbra: Imprensa da Universidade; 2010 [cited 2023 Dec 06]. Available from: <https://am.uc.pt/república/items?type=journalIssue>
- Hospitais da Universidade de Coimbra. Boletim dos Hospitais da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade; 1931. v. 2 [cited 2023 Dec 08]. Available from: <https://am.uc.pt/historiaciencia/item/49793>
- Morais MCS. Formação, género e vozes de enfermeiras [tese]. Porto (PT): Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação; 2008 [cited 2023 Dec 06]. Available from: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/41635>
- Escobar L. O sexo das Profissões. Género e Identidade Socioprofissional em Enfermagem. Porto: Edições Afrontamento; 2004.
- Vaquinhas I. Coquettes, Doutoradas e Outras. História das Mulheres em Portugal (séculos XIX e XX). Lisboa: Edições Colibri; 2021.

17. Resende MFS. Entrevista a Maria Fernanda da Silva Resende. *Revista de Enfermagem*. 1953;13(fev):24.
18. Pires A, Nunes L. Isaura Assunção da Silva Borges Coelho [Internet]. Porto: Sociedade Portuguesa de História da Enfermagem; 2022 [cited 2022 Nov 06]. Available from: <https://sphenf.com/isaura-assuncao-da-silva-borges-coelho/>
19. Portugal. Ministério da Saúde e Assistência. Decreto-lei nº 44923 de 18 de março de 1963 [Internet]. *Diário da República*, I série, nº 65/1963 [cited 2023 Dec 06]. Available from: <https://dre.tretas.org/dre/275284/decreto-lei-44923-de-18-de-marco>
20. Santos MT. Prefácio. In: Freitas MPV. *Vidas de Enfermeiras*. 2a ed. Loures: Lusociência; 2013. p. VII-XIII.
21. Parente P. Entrevista. *Jornal de Notícias*. Portugal. 2019 jun 15, ano 131(2).
22. Ordem dos Enfermeiros. Anuário de estatística [Internet]. Lisboa; 2023 [cited 2024 Mar 22]. Available from: <https://www.ordemenfermeiros.pt/estat%C3%ADstica-de-enfermeiros/>
23. Silva H. Seleção e discriminação dos profissionais de enfermagem durante o Estado Novo (1938-1963). *Ler História*. 2011;60:151-66. Available from: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1533>
24. Freitas MPV. *Vidas de Enfermeiras*. 2a ed. Loures: Lusociência; 2013.
25. Subtil CLL, Figueiredo AS, Ferreira MA, Garcia E, Almeida J, Chaves M, et al. 25 anos de regulação na enfermagem, 96 perfis e trajetórias assinaláveis. Porto: Sociedade Portuguesa de História da Enfermagem; 2021.

Recebido: 14 de março de 2024

Aprovado: 13 de julho de 2024

Publicado: 22 de agosto de 2024



A Revista Baiana de Enfermagem utiliza a Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Este artigo é de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons (CC BY-NC).

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais. Embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos